



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE
MINAS GERAIS
CAMPUS INCONFIDENTES
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO INFANTIL**

BRUNA APARECIDA GOULART

**A ARQUITETURA E OS PROJETOS DE ESCOLAS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL:
UMA VISÃO DE INFÂNCIA**

ORIENTADOR(A):

Melissa Salaro Bresci, MSC.

INCONFIDENTES -MG

OUTUBRO/2013



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE
MINAS GERAIS
CAMPUS INCONFIDENTES
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO INFANTIL**

BRUNA APARECIDA GOULART¹

**A ARQUITETURA E OS PROJETOS DE ESCOLAS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL:
UMA VISÃO DE INFÂNCIA**

Artigo apresentado com requisito para aprovação e obtenção do título de Especialista em Educação Infantil, pelo curso de Especialização *lato sensu* em Educação Infantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais.

ORIENTADOR (A):

Melissa Salaro Bresci, MSC

INCONFIDENTES –MG

OUTUBRO/2013

¹ Graduada em Pedagogia pelas Faculdades Integradas Asmec, campus ouro Fino-Mg. Professora na rede municipal de educação de Pouso Alegre-Mg. Contato: goulart_b@yahoo.com.br

BRUNA APARECIDA GOULART

**ARQUITETURA E OS PROJETOS DE ESCOLAS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL:
UMA VISÃO DE INFÂNCIA**

Artigo apresentado ao Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, Câmpus
Inconfidentes, como parte dos requisitos para obtenção
do título de Especialista em Educação Infantil.

Comissão Examinadora

Inconfidentes, MG ____ de _____ de _____



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS
CAMPUS INCONFIDENTES
SEÇÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS - SRA
CEP. 37575-000 - FONE: (35)3464-1437

FOLHA DE APROVAÇÃO

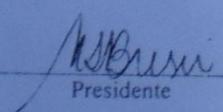
Titulo: *Arquitetura e os projetos de escolas para a Educação Infantil: uma visão de infância.*

Autor: BRUNA APARECIDA GOULART

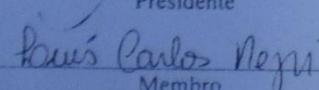
Orientador: PROFª. MELISSA SALARO BRESCHI

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul de Minas Gerais – Campus Inconfidentes-MG, como parte das exigências para a conclusão do Curso de Pós Graduação em Educação Infantil.

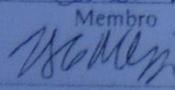
Aprovado em: 28 de Setembro de 2013.



Presidente



Membro



Membro

A ARQUITETURA E OS PROJETOS DE ESCOLAS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA VISÃO DE INFÂNCIA

Bruna Ap^a Goulart*

MSc. Melissa Salaro Bresci**

RESUMO

O presente trabalho aborda aspectos relacionados à importância do espaço para a educação infantil. A proposta é refletir sobre o papel de um projeto arquitetônico especializado para instituições de Educação Infantil, considerando as necessidades da criança, e as políticas públicas vigentes. Nessa perspectiva, o objeto de pesquisa é o CEMEI Santo Antônio (Centro Municipal de Educação Infantil) no município de Ouro Fino-MG, que atende crianças de zero a seis anos de idade em período integral.

PALAVRAS-CHAVE: Educação, Infância, Arquitetura, Políticas Públicas.

ABSTRACT

This paper discusses aspects related to the importance of space for early childhood education. The proposal is to reflect on the role of an architectural design specialized institutions for early childhood education, considering the child's needs, and current public policies. In this perspective, the research object is the CEMEI Santo Antonio (Center Municipal Childhood Education) in Ouro Fino, Minas Gerais, which serves children from birth to six years of age in full time.

KEYWORDS: Education, Children, Architecture, Public Policy.

* Graduada em Pedagogia pelas Faculdades Integradas Asmec câmpus Ouro Fino-MG. Professora na rede municipal de Pouso Alegre-Mg. Contatos: goulart_b@yahoo.com.br

**Professora no IFSULDEMINAS câmpus de Inconfidentes-Mg.

INTRODUÇÃO

A preocupação com o ambiente de educação da criança não é algo novo. Fröebel, em meados do século XVIII, organizou ambientes para trabalhar com a infância, onde a natureza fazia parte. Acredita-se que o espaço possa ser planejado da melhor forma possível, a partir de uma aliança entre profissionais de arquitetura e educação, envolvendo as necessidades de pais, crianças e professores. Sendo assim, a proposta é pensar o ambiente destinado à criança de zero a cinco anos, respeitando o desenvolvimento infantil, e tendo como centro a criança e o processo de ensino-aprendizagem.

Desenvolvido através de revisão bibliográfica, o trabalho agregou também um levantamento de dados em uma instituição de educação infantil pública, com objetivo de conhecer a realidade das instalações e buscar as evidências colocadas pelas teorias aqui discutidas. Aplicou-se questionários em alguns profissionais que atuam diretamente com as crianças, conversas informais e fotos dos espaços.

Ressalte-se que a escola é tratada neste trabalho, por um espaço físico, que está organizado através de edificações que poderão facilitar ou não o processo de aprendizagem da criança de zero a cinco anos de idade, devendo este atender de fato às necessidades das crianças e dos profissionais que nela atuam.

A questão do espaço na educação infantil ganha espaço no cenário atual, pois começam a surgir documentos que norteiam quanto à construção, e políticas públicas voltadas para a construção de Instituições de Educação infantil, planejadas especificamente para a infância.

A arquitetura escolar é carregada de símbolos, intenções e valores ligados por uma determinada tradição cultural. A organização da instituição pode remeter à sua pedagogia, podendo ser de caráter disciplinar, controle e punição, ou de práticas pedagógicas relacionadas ao pleno desenvolvimento da criança. Contudo, seja qual for a política adotada, deve-se ressaltar que toda atividade humana requer um espaço planejado para tais objetivos, não diferente a educação.

O atendimento à Primeira Infância no Brasil foi caracterizado pelo assistencialismo, e por locais não planejados para atividades escolares. Com a evolução da concepção de educação infantil e o reconhecimento do desenvolvimento da criança, é fundamental uma revisão das estruturas físicas escolares de acordo com as novas necessidades insurgentes

Breve histórico da arquitetura escolar e da educação

A história da educação no Brasil, de acordo Azevedo (1995) desde a chegada dos Jesuítas, é caracterizada por atender aos anseios da elite, o que ainda acontece no cenário atual. Os Jesuítas foram durante quase 200 anos os atores principais da educação no país. Os primeiros prédios destinados à educação no Brasil colônia, foram os colégios Jesuítas que possuíam uma arquitetura suntuosa construída por pedra e cal. Com a expulsão dos Jesuítas por volta do ano de 1759, seus prédios, então vazios, transformam-se em escolas públicas para atender à demanda existente.

A educação no Brasil Império esteve marcada pelo descaso com as camadas populares. Os jardins de infância, baseados na proposta educacional europeia, chegam ao país ao final do século XIX (Arce, 2004). Seus objetivos pedagógicos, de estimulação cognitiva e preparação para o ensino de 1º grau, foram amplamente defendidos, pois estes trariam mais benefícios ao desenvolvimento da criança em contraste com a tendência assistencialista no Brasil, em que as crianças permaneciam na creche o dia todo, apenas recebendo assistência sem nenhum tipo de estímulos. Contudo, a proposta assistencialista continuou predominando, uma vez que os jardins de infância eram frequentados apenas pelos filhos da elite.

Para Azevedo (1995) as escolas públicas do estado de São Paulo até o ano de 1911, caracterizavam-se por uma arquitetura bem eclética tendo como inspiração modelos europeus. Eram construídas a partir de um projeto-tipo apenas com algumas adaptações para diferentes lugares. Além de demonstrar questões pedagógicas, o projeto arquitetônico deveria atentar também quanto às questões de higiene e saúde. A tentativa de seguir os modelos europeus de arquitetura fracassou, uma vez que foi dada importância somente ao prédio principal da escola, faltando, porém planejar espaços externos cobertos, áreas para contato com a natureza e também para a prática de esportes.

De acordo com Frago (2001) a arquitetura escolar é um elemento que pode motivar e mostrar-se ao mundo através de sua forma, contando a história artística e cultural de um determinado país e/ou cidade, desempenhando assim um importante papel na vida social. A arquitetura escolar precisa atender aos apelos da sociedade e transcender o funcionalismo que só atenderia as necessidades físicas, começando a levar em consideração o contexto cultural no qual está inserida, e a função pedagógica.

Com o advento da República, a educação passa a ser um direito de todos, de modo que o Estado começa a investir na construção de prédios escolares. De acordo com Azevedo (2007), o período que sucede a primeira guerra mundial (1914) é marcado pelas idas e vindas

de viajantes à Europa, trazendo uma bagagem cultural e artística, estimulando um sentimento de inferioridade do brasileiro, que considerava tudo que era estrangeiro, melhor. Surgiu assim uma tendência artística fundada na exploração e conciliação de estilos artísticos da Europa e do Brasil, reconhecido na arquitetura de grupos escolares mais antigos, e também em prédios públicos.

A organização do ambiente escolar foi marcada por um modelo tradicional de educação, em que as mesas dos alunos eram todas enfileiradas. Até por volta do século do século XX, continham suporte de ferro, que sendo pesadas demais, evitava que as crianças a arrastassem de lugar. O professor era colocado à frente dos alunos, num nível superior, em um palanque, para afirmar sua autoridade perante a turma. Nesse tipo de ambiente escolar, não havia espaço para trocas entre as crianças e o professor. A partir dessa observação, torna-se claro que a organização do espaço escolar é também o resultado de um trabalho pedagógico.

Considerando, as novas filosofias da educação e uma visão de criança diferente daquela do século passado, a escola tenta acompanhá-las, mesmo que lentamente, e adaptar seu espaço para atender às novas concepções de aprendizagem. Com o desenvolvimento das teorias da Escola Nova, o modelo de escola tradicional foi severamente criticado, pois era uma rotina disciplinadora e rígida. Em muitas escolas, de acordo com Azevedo (2007), as mesas eram pregadas ao chão, o que impedia a mobilidade da criança. Com a nova proposta, a criança é valorizada, sendo colocada como centro do processo educativo.

Por volta do ano de 1942, Anísio Teixeira ocupa o cargo de Secretário da Educação do Estado do Rio de Janeiro, introduzindo um modelo de projeto arquitetônico diferenciado para os prédios públicos escolares. O projeto incluía a criação, reforma e ampliação de bibliotecas, áreas administrativas, áreas externas e salas de aulas, tendo também um compromisso estético, plástico e com o conforto térmico das instalações.

Atualmente, os espaços destinados a Educação Infantil são apenas adaptados para as atividades escolares, não construídos com a finalidade pedagógico- didático, mas surgem políticas públicas para a construção de unidades, que representa um avanço para a educação infantil.

Histórico do atendimento à infância no Brasil

Ao longo da história, no Brasil, de acordo com Gomes (2011), a crescente urbanização e a industrialização nas cidades, e com a participação da mulher no mercado de trabalho, descaracteriza a organização familiar patriarcal, que passa a contribuir com as

despesas financeiras da família. Dessa forma, são criadas as primeiras instituições para a infância, com o intuito de cuidar e proteger as crianças enquanto seus pais estivessem trabalhando. As creches possuíam, portanto, caráter assistencialista, ou seja, atendiam às crianças em todas as suas necessidades; de alimentação, higiene, saúde e cuidados físicos.

Importante ressaltar que a creche era e ainda continua sendo destinada aos filhos da classe trabalhadora, que não tinham com quem deixá-los enquanto estavam trabalhando. As creches do Brasil seguiam a mesma proposta das instituições europeias, como os asilos e orfanatos para crianças, que prestavam atendimentos assistenciais à criança da classe trabalhadora. Eram, portanto, caracterizadas por ações que priorizavam a guarda da criança, ou seja, sem nenhuma preocupação com a pedagógica (Brasil, 2008). Dessa forma, o espaço também estava organizado de modo assistencialista, organizados sem apoio do Estado, uma vez que as próprias comunidades sentiam a necessidade de organizar espaços coletivos onde pudessem acolher suas crianças no período em que suas mães estivessem trabalhando. No Brasil, dentre diversas reformas no projeto educacional público, talvez o planejamento e a construção de um espaço destinado ao ensino tenha sido uma das mais importantes, pois auxiliou a sociedade a entender a importância da educação na formação cultural.

Em meados do século XVII, de acordo com Arce (2002), surgem na Europa os jardins de infância criados por Fröebel², com o objetivo não só de cuidar da criança, mas também de educá-la em um ambiente planejado. Assim, os jardins de infância de Fröebel eram caracterizados pela proposta de educação, com atividades de canto, jogos, pintura, palestras, jardinagem, modelagem e práticas de leituras, em ambientes que conferissem à criança liberdade para explorar, e assim desenvolver sua aprendizagem, em que pudessem agir pensando e pensar agindo. Esses ambientes priorizavam, idealmente, a questão do espaço físico e da natureza. O ambiente não deveria só ser desafiante para a criança, mas também propício para que pudessem interagir entre si e com o meio. Com isso, formou-se uma nova concepção de educação para a criança, onde o professor seria um observador de todo processo educacional, estimulando, deste modo, cada uma progredir, porém respeitando o ritmo natural de cada criança.

²Nascido na Alemanha no ano de 1782, de acordo com Arce (2002), Friedrich Wilhelm August Fröebel, foi o criador dos Jardins de Infância (Kindergarten) e de uma pedagogia para a educação de crianças de até seis anos de idade. Defendia a importância do planejamento do ambiente na educação, bem como a criação de espaços externos na escola. Para ele a criança precisaria de um lugar feliz para desenvolver-se, sendo que a educação tinha a grande tarefa de ajudar a criança a conhecer-se a si mesma, e a viver em união com Deus e a natureza. Acreditava que assim como as plantas devem ser regadas e receber cuidados para crescerem fortes e saudáveis, o mesmo se aplicava a infância (que deveria receber água, sol, atenção, e conviver com a natureza).

A própria presença de elementos maçônicos na arquitetura adotada por Froebel evidencia claramente a influência elitista na construção e aplicação desses espaços:

A vocação arquitetônica de Fröebel bem como seus conhecimentos em cristalografia e uma influência das tradições da mentalidade maçônica, influenciara uma forte carga semântica de seus projetos didáticos espaciais. A esfera, o cilindro, o triângulo e o cubo não são elementos de uma geometria neutra. A esfera dá a ideia de movimento, a cúpula pode associar-se ao útero materno e protetor, a coluna é símbolo de firmeza, e o triângulo de energia e dinamismo (...) (ESCOLANO, 2001, p.38).

Naturalmente, essa inovação não atingiu imediatamente as praias brasileiras: enquanto na Europa os jardins de infância possuíam um caráter pedagógico e um espaço planejado para as atividades com as crianças, no Brasil, as creches continuaram sendo reconhecidas somente como um espaço para acolher e cuidar das crianças da classe trabalhadora.

Contudo, eventualmente, apesar da precária infraestrutura das instituições de Educação Infantil no Brasil e da pouca importância atribuída ao espaço escolar e da organização dos ambientes, as ideias de Fröebel acabaram por exercer sua influência no cenário da educação infantil do país. Por volta da década de 60, de acordo com Kramer (2006), a creche no Brasil passa a incorporar uma proposta pedagógica de educação compensatória, com o objetivo de suprir as carências culturais dos filhos pertencentes à classe desfavorecida, sob a hipótese de que as famílias dessa classe social estariam sobestadas de privação cultural:

“Nos anos de 1960, as políticas educacionais voltadas à educação de crianças de zero a seis defendiam a educação compensatória com vistas à compensação de carências culturais, deficiências linguísticas e defasagens afetivas das crianças provenientes das camadas populares”. (KRAMER, 2006, p.799)

Em contrapartida, a partir do fim da Primeira Guerra Mundial, em São Paulo, segundo Kishimoto (1998), os imigrantes europeus contribuíram para a criação e organização de jardins de infância baseados na proposta Fröebeliana, uma vez que valorizavam a educação da criança pequena e, ao chegarem ao país, não encontraram escolas preparadas para desenvolver o potencial de seus filhos. Nessa perspectiva, o jardim de infância foi um salto significativo para a época. Embora nem todas as crianças pudessem usufruir desse tipo de educação, a sua instituição estimulou a sociedade a cobrar do governo iniciativas públicas semelhantes para seus filhos. Ainda em São Paulo, os PIs- Parques Infantis, criados por Mario

de Andrade³, proporcionavam um espaço lúdico para a infância, diferente das experiências com jogos que aconteciam ao redor do mundo educacional. Enquanto as crianças brincavam no parque, estavam interagindo com as diversas manifestações da cultura brasileira.

Por fim, com a Constituição Federal de 1988, regulamentou o dever do Estado em oferecer uma educação de qualidade para as crianças de zero a seis anos de idade. Desta forma, a oferta da educação infantil passa a ser um direito da criança e dever do Estado. No artigo 6º, a Educação é tratada como um direito social do indivíduo. O direito da criança e dever do Estado com a educação é afirmado no artigo 205:

“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (artigo 205, CONSTITUIÇÃO FEDERAL, p.122).

A educação infantil é mencionada no artigo 208, onde estão os deveres do Estado com a Educação no país. A Constituição Federal assume o dever e o direito a Educação para a criança até seis anos, mas não lhe confere obrigatoriedade. Com a criação de novas emendas constitucionais, a educação infantil passa a ser obrigatória;

“(…)I – educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria- IV – educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; (...)” (artigo 208, CONSTITUIÇÃO FEDERAL, p.121, 122).

Nessa perspectiva, a educação infantil passa a ser um direito constitucional, e obrigatório. Portanto há que se visualizar o contexto atual, em que nem todas as crianças de quatro anos estão matriculadas em pré-escolas. Se, de um lado, afirmou-se a obrigatoriedade, ainda é necessária a ampliação da oferta de vagas. Importante ressaltar que nem todas as instituições de educação infantil mantidas pelo poder público possuem infraestrutura adequada para o desenvolvimento de um trabalho de qualidade.

³Nascido em São Paulo, Mário Raul de Moraes Andrade, bacharel em Ciências e Letras, foi um dos idealizadores e diretor do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo. Foi professor de Filosofia e História da Arte na Universidade do Distrito Federal no Rio de Janeiro. Criticava o modelo tradicional de ensino, onde a criança passava muito tempo sentada absorvendo conteúdos, e sem nenhuma experimentação prática, nos PIs a criança era livre para brincar, jogar e expressar-se de diferentes formas.

A “dupla alienação” da infância, isto é, a criança rica privatizada, alienada, antecipando a vida adulta através de inúmeras atividades “preparatórias para...”; e a criança pobre explorada, também antecipando a vida adulta no trabalho, deve ser combatida fazendo das instituições de educação infantil um oásis, um lugar onde se torna criança, onde não se trabalha, onde se pode crescer sem deixar de ser criança, onde se descobre (e conhece-se) o mundo através do brincar, das relações mais variadas com o ambiente, com os objetos e as pessoas, principalmente entre elas: as crianças. (BRASIL, 1998, Subsídios para Credenciamento e Funcionamento de Instituições de Educação infantil, p. 96.).

Observa-se, portanto, com bastante clareza, uma mudança radical de perspectiva quanto à Educação Infantil no Brasil, ainda que paulatina. Se, por um longo tempo, a creche foi considerada como apenas um espaço para acolher e cuidar da criança, hoje assume o valor de espaço planejado para o desenvolvimento da criança em todos os seus aspectos.

O ambiente escolar e sua dimensão educativa

Para atender às demandas geradas pela brusca mudança de perspectiva quanto à Educação Infantil, o espaço escolar não pode ser reduzido apenas a sua metragem. De acordo com Souza Lima *apud* Faria (2007), é necessário torná-lo um ambiente, ou seja, organizar os espaços levando em consideração a faixa etária da criança. As pesquisas realizadas por Piaget *apud* Oliveira demonstram que o conhecimento é construído a partir da interação do indivíduo com o meio. Dessa forma, o indivíduo não nasce com todas as estruturas cognitivas prontas, vai construindo à medida que interage com o meio e com os pares. Nesta perspectiva Piagetiana, o ambiente tem relação direta com o desenvolvimento e aprendizagem do indivíduo.

Para Souza Lima *apud* Buitoni (2009), o ambiente pode interferir positivamente na aprendizagem da criança. É necessário propor novas percepções de espaço aos usuários. No projeto de arquitetura devem ser previstos ambientes nos quais as crianças possam interagir com estímulos visuais e sensoriais, que são importantes para o desenvolvimento infantil.

As instituições de educação infantil precisam oferecer às crianças um ambiente rico em possibilidades e interação, proporcionando espaços organizados de maneira diferente da casa e do hospital, dentro de um contexto educativo o ambiente precisa estar sempre em construção, assim como a própria infância. O projeto arquitetônico, dessa forma, deve dialogar com a infância, buscando alternativas para que os próprios usuários que ali convivem possam construir seu ambiente. Para Faria (2007), o espaço físico da unidade escolar deve contemplar o convívio das crianças de diversas faixas etárias (zero a seis anos), bem como o convívio com toda a comunidade escolar. A organização dos ambientes precisa levar em

consideração a faixa etária com o objetivo de oferecer ao grupo de crianças atividades cognitivas, motoras e desafiadoras, estimulando o desenvolvimento de cada uma.

As crianças constroem o conhecimento a partir das interações que estabelecem com as outras pessoas e com o meio em que vivem. O conhecimento não se constitui em cópia da realidade, mas sim, fruto de um intenso trabalho de criação, significação e ressignificação. As interações que ocorrem dentro dos espaços são de grande influência no desenvolvimento e aprendizagem da criança. (RCNEI, volume 1, p.21 e 22).

Nessa perspectiva, Faria (2007) adverte que os espaços projetados para as instituições de educação infantil devem garantir o imprevisto e não a improvisação, possibilitando inúmeras descobertas, jogos e brincadeiras;

O espaço, externo e interno, deve permitir o fortalecimento da independência das crianças: mesmo sendo seguro, não precisa ser ultraprotetor, isto é, em nome da segurança não deve impedir experiências que possam favorecer o autoconhecimento dos perigos e obstáculos que o ambiente proporciona(...)Os espaços para isso devem permitir a realização de atividades individuais, em pequenos e grandes grupos, com e sem adultos, atividades diversificadas, de fantasia, de movimento, propiciando assim a emersão de todas as dimensões humanas de acesso de situações e informações diferentes daquelas que a criança têm em casa,destacando principalmente o direito ao não-trabalho, o direito a brincadeira, o portanto o direito à infância.(FARIA, 2007,p.79)

O espaço por si só não é educativo, Souza Lima *apud* Buitoni (2009) acredita que se torna educativo à medida que os usuários interagem com ele, e sabem como utilizá-lo pedagogicamente. Sendo assim, o projeto de arquitetura deve ser considerado sempre inacabado, dependendo da ação da criança para se completar, resultando em um espaço único para elas e não padronizado como sugerem as propostas do governo. Um espaço onde a criança possa explorar brincar, e transformar. Dessa forma, o espaço escolar pode ser um instrumento para formar futuros adultos criativos e inteligentes, e não indivíduos passivos.

Todo espaço que possibilite e estimule positivamente o desenvolvimento e a experiências do viver, do conviver, do pensar e do agir conseqüentemente é um espaço educativo. Portanto qualquer espaço pode se tornar educativo, desde que um grupo de pessoas dele se aporte, dando-lhes este caráter positivo, tirando o caráter da passividade, e transformando num instrumento ativo e dinâmico da ação dos seus participantes, mesmo que seja para usá-lo como exemplo crítico de uma realidade que deveria ser outra.. (SOUZA LIMA, p.44, 2009)

Segundo a teoria Piagetiana *apud* Oliveira (2005) o desenvolvimento da noção de espaço está sempre em construção, uma vez que existe interação entre a percepção e a representação espacial. Dessa forma, acredita-se que o desenvolvimento da noção de espaço

esteja atrelado ao próprio desenvolvimento da criança, tornando a possibilidade de interação e intervenção da mesma no ambiente um fator importante para o desenvolvimento cognitivo.

A construção da noção de espaço pela criança

Para salientar a importância da interação com o espaço, vale lembrar que a construção da noção de espaço pela criança começa desde seu nascimento, estando relacionada ao desenvolvimento mental. Essa construção do espaço se dá nos planos perceptivo e representativo. De acordo com Piaget *apud* Oliveira (2005), o período Sensório Motor, que corresponde aos dois primeiros anos de vida, está atrelado aos estímulos do mundo exterior, e também à motricidade.

(...) O espaço sensório-motor não é constituído por simples reflexos, mas por uma interação entre o organismo e o meio ambiente, durante a qual o sujeito se organiza e se adapta continuamente em relação ao objeto. Em seguida, a construção do espaço passa a ser representativa, coincidindo com o aparecimento da imagem e do pensamento simbólico, que são contemporâneos ao desenvolvimento da linguagem. (OLIVEIRA, 2005, p.11).

Nessa perspectiva, o indivíduo interage com o meio exterior, passando por um processo de adaptação, relacionando dois aspectos: o cognitivo e o afetivo. Para a teoria Piagetiana, a criança primeiro constrói uma percepção do espaço, para posteriormente surgir o espaço nas noções pré-operatórias e, mais adiante, nas operatórias. Sendo assim, a percepção do indivíduo não é abstraída da noção, e a noção de espaço é resultante de diferentes ações práticas. Ainda de acordo com Oliveira (2005), o indivíduo percebe o mundo físico através da interação, e, a partir das informações e registros obtidos, essa tomada de consciência pode apresentar-se de duas formas distintas: de modo prático, orientando seu deslocamento no espaço, ou de um modo representativo.

É, então, a partir das trocas e interações com o meio que a criança aprende. Dessa forma, é necessário proporcionar à infância espaços adequados para sua educação. No Brasil, a questão do espaço para a Educação Infantil é discutida por diversos documentos e programas, mas na realidade ainda faltam políticas mais rigorosas para cobrar dos Municípios a qualidade das instalações das Unidades.

Políticas Públicas para Educação Infantil

A legislação educacional do Brasil contém uma série de documentos que norteiam quanto ao financiamento, e infraestrutura das escolas e centros de Educação infantil. Na LDB 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a Educação Infantil é considerada como a primeira etapa da Educação básica;

Artigo 29; A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (LDB 9.394/96, p.25 e 26)

A LDB/96 orienta e disciplina a educação no Brasil, da Educação Infantil ao Ensino Superior;

Considerar-se-ão como de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas realizadas com vistas à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais de todos os níveis, compreendendo as que se destinam a: II- aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino; III- Uso e manutenção de bens e serviços vinculados ao ensino. (LDB 9.394/96, art. 70, p.54)

Após a Constituição de 1988 a oferta de educação infantil é reconhecida como um direito da criança e dever do Estado. Essa inovação vai aparecer na LDB 9.394/96, que coloca a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica, estabelecendo assim suas diretrizes de funcionamento, e também exigindo formação profissional para a educação infantil.

No documento denominado *Subsídios para Credenciamento e Funcionamento das Instituições de Educação Infantil* (BRASIL/1998), o ambiente destinado às Unidades de Educação Infantil é considerado como fator importante para as crianças e profissionais, uma vez que permanecem uma grande parte de seu dia no ambiente escolar. Dessa forma, o ambiente influencia na qualidade da educação oferecida à criança pequena como no modo como os profissionais organizam cada espaço.

É importante ressaltar que, apesar de se possuir um projeto arquitetônico adequado às necessidades das crianças e visivelmente harmonioso com os elementos da natureza, faz-se necessário envolver toda a comunidade escolar para organização dos espaços. A arquitetura não é neutra, ela expressa uma pedagogia; e muito menos é inacabada, devendo ser revestida por um toque dos seus próprios usuários, para que se proporcione às crianças a capacidade de identificar sua cultura, sua região e a si mesmas.

O RCNEI – *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil* – afirma que o espaço escolar possa ser transformado pelas mãos das crianças, uma vez que interagem com o meio. Na Pré-escola ou creche, o espaço deve privilegiar a versatilidade e, assim, possa ser modificado pelas profissionais e crianças que nele convivem, sempre considerando os fatores idade e número de crianças. Os espaços precisam contemplar cuidados e educação, pois esse binômio deve ser trabalhado indissociavelmente na educação infantil. (Brasil, 1998).

Em *Parâmetros Básicos de Infraestrutura para as instituições de educação infantil*, discute-se a questão de uma arquitetura planejada para a infância. Existe um longo caminho a percorrer, ainda temos um bom número de creches e pré-escolas que funcionam precariamente e não possuem sequer água tratada, esgoto e energia elétrica. O documento aborda aspectos relativos ao espaço a serem considerados no projeto arquitetônico para creches e pré-escolas, sendo o ambiente escolar como um fator de motivação e aprendizagem para a criança. Assim, busca-se aliar uma arquitetura que vá de encontro com as reais necessidades da infância, levando em consideração seu contexto social e cultural, respeitando as diferenças, e oferecendo diversas possibilidades. (Brasil, 2008)

As salas de atividades, segundo as propostas do RCNEI devem contemplar diferentes ambientes, podendo dividi-los em cantinhos como: brinquedos, jogos, leitura, artes, dentre outros. O mobiliário precisa estar ao alcance das crianças e em boas condições de uso, assim como demais equipamentos da escola. Contudo, apesar de o ambiente ser fator importante para a qualidade da educação, o professor tem papel fundamental, organizando os espaços de acordo com a proposta pedagógica da escola e com aquilo que julga ser bom para o desenvolvimento da criança.

O PNE – Plano Nacional da Educação – afirma que as políticas de expansão da educação infantil no Brasil devem garantir qualidade, uma vez que se democratiza o acesso a elas. O PNE aponta metas e estabelece critérios mínimos para as instituições, tais como respeito à diversidade regional, iluminação, acessibilidade, bem como a organização do espaço e situações a serem oferecidas as crianças, de modo a evitar-se um ambiente de confinamento e de tristeza.

Criado para fortalecer a Política Nacional de Educação Infantil e garantir qualidade no atendimento à criança, o **PROINFÂNCIA** – Programa Nacional de Reestruturação e Aparentagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil – têm por objetivo o financiamento para construção e /ou reforma das instituições de Educação Infantil. É necessário aos municípios aderirem o Plano de Metas e elaborarem o Plano de Ações Articuladas para integrar este programa. Os municípios recebem a assistência após aprovados

os projetos de arquitetura, para garantir a qualidade das mesmas. O MEC também disponibiliza dois modelos para construção: um menor, para até 120 crianças e outro com capacidade para atender 240 crianças. O programa do governo prevê também monitorar as Instituições construídas, identificando os problemas e ressaltando os pontos positivos em cada projeto;

O PROINFÂNCIA deve aperfeiçoar seus instrumentos de monitoramento a fim de gerar aprendizagens nas práticas de gestão do MEC e dos Municípios, e para que possam ser incorporadas para melhorar a eficácia em sua expansão. (...) A partir do ano de 2008, foram R\$214,4 milhões investidos em 312 escolas, já para o ano de 2010 foram feitos convênios para a construção de mais 628 escolas de educação infantil. Estima-se um gasto médio de R\$800mil em cada projeto. (GOMES, 2001 p.18)

O Brasil ainda não conseguiu colocar todas as crianças com idade de quatro anos na pré-escola. A demanda maior ainda é pelas vagas de até três anos (creche). Este é um dos grandes desafios da política educacional para as crianças até seis anos: a ampliação de vagas para atender à demanda, porém acompanhado de um atendimento de qualidade. Se por um lado instituiu-se a obrigatoriedade para as crianças de quatro a seis anos, nada foi feito para melhorar o atendimento das menores. Embora o Governo tenha a meta de universalizar a Educação básica no país, a Educação infantil ainda precisa de uma reestruturação, tanto pela parte física como pela pedagógica.

Com as diversas transformações ocorridas no setor educacional, as construções destinadas à educação infantil encontram-se em grande parte abaixo dos padrões mínimos exigidos;

(...) No Brasil, grande número de ambientes destinados à educação de crianças com menos de seis anos funciona em condições precárias. Serviços básicos como água, esgoto sanitário e energia elétrica não estão disponíveis para muitas creches e pré-escolas. Além da precariedade ou mesmo da ausência de serviços básicos, outros elementos referentes à infraestrutura atingem tanto a saúde física quanto o desenvolvimento integral das crianças. (BRASIL, 2008, p.10)

Mesmo com a elaboração de documentos e normas técnicas para a reforma e construção em prédios escolares, ainda não existe um acompanhamento mais rigoroso das instalações e de sua utilização.

O projeto arquitetônico

Nesta seção, serão discutidos alguns dos ideais arquitetônicos para os ambientes de educação infantil. Esta exposição não pretende, de maneira alguma, configurar um manual de

cunho normativo, objetiva-se, ao invés disso, orientar os profissionais de educação infantil a atentarem-se tanto para o potencial das estruturas existentes como para os fatores que devem ser considerados na elaboração de um novo projeto arquitetônico para atender a infância.

Os projetos de arquitetura devem optar pela planta-baixa, pois essa forma de organização permite que os usuários se desloquem com mais facilidade e segurança, auxiliando também na interação social entre os mesmos. O local reservado para a higiene da criança precisa estar compatível com sua altura, ou de seu professor/monitor para os momentos de banhos e trocas de fraldas. O recomendável é que as portas dos sanitários não possuam trincas por dentro, e que sejam divididos por sexo. (Brasil, 2008).

Para Frago (2001), a escola não deveria ser apenas um lugar limpo, organizado e agradável, como também o lugar mais alegre e hospitaleiro da sociedade, de forma que o ambiente escolar poderia influenciar na vida da criança. O projeto arquitetônico da instituição juntamente com seus símbolos próprios e sua decoração tanto interna como externa, responde a padrões culturais e pedagógicos, de modo que a criança internalize e aprenda. Toda atividade humana, requer um espaço planejado para tais objetivos, desta forma não poderia ser diferente com a educação.

Os espaços das Unidades podem ser divididos em setores, como alimentação, serviços, pedagógico, dentre outros, facilitando assim o acesso dos usuários para cada tipo de serviço. Os banheiros devem ser de fácil acesso, de preferência próximos às salas de atividades e áreas de recreação; precisam também estar preparados para receber portadores de necessidades especiais. Para as crianças de até dois anos, o ideal é que os projetos de arquitetura contemplem banheiros anexos às salas de atividades e berçários. Para o preparo dos alimentos, são reservadas as áreas de difícil acesso, com o objetivo de evitar acidentes. Contudo, ainda que esse ambiente possa estar longe das crianças, é por meio da proposta pedagógica da Unidade que será definido se as crianças poderão ou não utilizar a cozinha em suas atividades. (Brasil, 2008).

Além dessas recomendações, há outras específicas que consideram a faixa etária das crianças que farão usufruto do espaço, como será especificado nos itens seguintes.

Ambiente para crianças de zero a um ano de idade

O ambiente para este grupo de crianças deve estar voltado para cuidar e educar, estimulando seu desenvolvimento. Nessa fase a criança necessita de espaços adequados para ensaiar seus primeiros passos, engatinhar, explorar diversos materiais, descansar, brincar,

alimentar-se, dentre outras necessidades. É importante lembrar que tanto os berçários como as salas de atividades devem estar voltados para o nascente do sol. São as especificações do berçário: sala para repouso, sala de atividade, fraldário, lactário, e solário. Nem sempre há todos os espaços adequados, porém estes podem ser substituídos por alternativas das instituições.

Para o repouso das crianças pequenas, são necessários berços ou similares de acordo com as características da região. É recomendável que os berços tenham no mínimo 50 cm de espaço entre cada um, para que os profissionais possam circular com mais facilidade. Dentro do berçário, é necessário organizar um ambiente para a alimentação das crianças pequenas, prevendo a necessidade do uso de cadeiras altas ou carrinhos de bebê com bandeja. As crianças de até dois anos de idade ainda estão reconhecendo a imagem do próprio corpo, elas gostam de experimentar movimentos em frente ao espelho. Dessa forma, deve ser definido um local para a colocação de espelho amplo, sempre à altura das crianças, devendo estar sempre bem fixados. (Brasil, 2008).

De acordo com as recomendações dos *Parâmetros de Infraestrutura para as Instituições de Educação Infantil*, o lactário pode ser construído juntamente com a cozinha ou anexo ao berçário, o que torna mais fácil o trabalho, podendo ser organizado no projeto arquitetônico um espaço para visualização entre o lactário e sala de atividades. As janelas precisam estar protegidas da chuva e do sol forte, e também possuir tela de proteção contra insetos. Quando não há possibilidade de construção desse ambiente, o recomendável é que se utilize então a cozinha da instituição, porém seguindo os princípios de segurança e higiene.

Em Unidades que não contemplem o solário, uma alternativa é levar as crianças para tomar sol nas áreas externas. Para tanto, toda a escola precisa ser acessível para facilitar tais atividades diárias.

Salas de Atividades para crianças de um a seis anos

O ambiente planejado para receber este grupo de crianças deve possibilitar a expressão da cultura infantil através das histórias, jogos, brincadeiras, músicas e artes. Nessa perspectiva, o espaço deve ser organizado de acordo com a proposta pedagógica da instituição, que deve evitar o binômio “disciplina e controle dos corpos”. É necessário prever a ventilação e a iluminação natural, possibilitando também a visualização da área externa através das janelas que precisam estar em altura compatível às crianças. O ideal, que sejam previstos nos projetos de arquitetura, portas que integrem o ambiente com a área externa. Os

armários de materiais e brinquedos devem estar acessíveis às crianças, bem com o quadro branco (deve-se evitar o quadro negro, pelo pó resultante) e cabides ou bancadas para guardar os pertences das crianças. (Brasil, 2008)

A criança deve ter a possibilidade de realizar diferentes atividades no decorrer do dia. Uma proposta é a organização da sala em cantos de atividades. Os cartazes, itens pedagógicos e as produções infantis devem estar ao alcance da linha de visão da criança, ou mesmo para que ela possa tocar e observar melhor. É necessário repensar os projetos de arquitetura para a Educação Infantil:

Uma pedagogia que garanta o direito à infância e o direito a melhores condições de vida para todas as crianças, devendo ser necessariamente mediante nossa diversidade cultural e, portanto, a organização do espaço, contemplar a gama de interesses da sociedade, das famílias e prioritariamente das crianças, atendendo às especificidades de cada demanda a fim de possibilitar uma identidade cultural e sentimento de pertencimento. (FARIA, 2007, p.69)

A qualidade na educação infantil, não pode ser medida pelo número de horas que a criança passa sentada dentro da sala absorvendo conteúdos. A criança precisa do contato com a natureza, e outros ambientes para ser estimulada através de atividades motoras e desafiadoras.

Espaço para Recreação e Convivência

O espaço destinado para a recreação é de suma importância para a educação infantil, pois é através dele que o professor poderá observar a criança brincando e interagindo com outras e, propor se necessário algumas intervenções. A brinquedoteca deve proporcionar à criança diferentes atividades lúdicas, fantasias, brinquedos, jogos, materiais para livre expressão, músicas, dentre outras. Não deve ser um ambiente de disciplina, mas de descobertas e imaginação.

Para as Unidades que não contemplem uma brinquedoteca ou sala de vídeo, o ideal é que se organize uma sala multiuso, levando em consideração o número de alunos da maior turma para a escolha do espaço. As salas multiuso não substituem as brinquedoteca ou bibliotecas, mas são uma alternativa para as unidades que não possuem espaço suficiente para tais atividades. Nesse espaço, os materiais e prateleiras de brinquedos devem estar acessíveis às crianças. Para o uso da televisão, é recomendável que ela esteja bem fixada à parede ou em móvel firme e seguro, prevendo também o uso de tapetes e almofadas. (Brasil, 2008).

Os aparelhos dos parques precisam em manutenção, ser bem fixados (se de ferro ou madeira) e estar em material que auxilie a diminuir o impacto, como terra, areia, grama,

grama sintética e tapetes emborrachados. O ideal é que a instituição escolha os brinquedos do parque infantil de material emborrachado, e de acordo com a idade das crianças. Esse tipo de material é o mais indicado, uma vez que é mais seguro e não precisa de manutenção como, o ferro ou a madeira. O local onde será construído também deve ser levado em consideração, evitando locais que possuam quinas, cimento, desníveis e sol forte o dia todo. O ideal é que o parque tenha em seu entorno plantas e árvores que proporcionem sombra em alguns momentos do dia. (Brasil, 2008).

Discutindo uma realidade

Levando em consideração os Projetos de Arquitetura para as instituições de educação Infantil, bem como sua influência para as crianças, realizou-se um levantamento de dados em um CEMEI – Centro de Educação Infantil Municipal Santo Antônio, em Ouro Fino-MG, objetivando conhecer e discutir a realidade.

O CEMEI Santo Antônio não foi projetado para ser uma unidade de educação infantil: o prédio em questão era onde funcionava um seminário religioso. Com o desligamento da instituição, a edificação foi utilizada em partes pelo setor público. Dividido em três andares, feitas algumas reformas, hoje o primeiro andar e o segundo andar são destinados ao CEMEI, e o terceiro a departamentos da Prefeitura Municipal. A abertura do CEMEI, por um lado, ajudou amenizar a situação das mães trabalhadoras que não têm com que deixar seus filhos, oferecendo um espaço que não garante a autonomia das crianças, ou seja, a arquitetura do prédio não é adequada para atividades escolares.

É preciso lembrar que a sociedade que produz escola, e a escola tem a feição que é a sociedade lhe dá, de acordo com Buffa (2008) isso pode ser percebido de diversas formas, dentre elas se há políticas públicas para construção de escolas e se estas possuem projetos de arquitetura de acordo com as necessidades de cada comunidade.

Isso evidencia que o espaço ideal para a educação infantil, como ocorre em não raras vezes, esbarrou em questões políticas que desconsideraram as reais necessidades da educação e da infância. A autonomia e a acessibilidade são outros fatores que não foram levados em consideração no projeto da edificação do CEMEI, uma vez que o prédio não foi construído com o objetivo escolar.

Nos projetos de Arquitetura para construção de prédios escolares, de acordo com Buffa (2008), surgem vários desafios como; escolha do terreno, acabamento, técnicas construtivas, e recursos financeiros disponíveis, este último é um dos mais sérios pois garante

a qualidade das edificações. Não há como garantir que a arquitetura do prédio seja totalmente igual ao seu projeto, o que acontece é que o prédio escolar vai com o passar do tempo descaracterizando a arquitetura inicial, pois surgem reformas, ampliações, ou seja, os verdadeiros “puxadinhos”, que por sua vez vai diminuindo os espaços para recreação para que possa ceder espaço para novas salas de aula. Nesta perspectiva qualquer “puxadinho” pode ser adaptado para a educação infantil, ou seja, qualquer espaço serve para a educação.



FIG.1 fonte: Pessoal. Escada que dá acesso ao segundo piso. janeiro/2013



FIG.2. Fonte: Pessoal. Refeitório. janeiro/2013

O acesso ao segundo piso é feito por meio de escadas (FIG.1) onde está localizado o refeitório, os berçários, a sala de coordenação, e as salas de artes e jogos. As crianças da pré-escola precisam subir a escada pelo menos uma vez ao dia. O espaço para a alimentação é amplo e bem ventilado, porém há algumas colunas que dificultam a passagem das crianças (FIG.2), desta forma fica evidente a importância de um espaço planejado pelo arquiteto para a escola de educação infantil e não apenas adaptar prédios para atividades escolares.



FIG.3.Fonte: pessoal. Banheiro 1º piso.janeiro/2013



FIG.4.Fonte:pessoal.Banheiro . janeiro/2013



FIG.5. Escovódromo infantil. Janeiro/1013

A partir de entrevistas e conversas informais, os funcionários foram levados a refletir sobre os espaços de sua Unidade de trabalho, bem como sobre a importância da Infraestrutura para o desenvolvimento de um trabalho de qualidade. Entre os pontos negativos destacados, contou-se a presença de desníveis, como escadas, (Fig.1) de colunas em salas e no refeitório (Fig.2), e o tamanho das salas de atividades, o que dificulta muitas práticas pedagógicas. Como fatores positivos foram mencionados a área externa do CEMEI Santo Antônio, o pátio, e o parque que possibilita inúmeras atividades de movimento e expressão com as crianças, e o contato livre com a natureza, bem como os espaços da sala de artes, e da sala de jogos, ampliando-se assim as possibilidades de trabalho. A presença do Escovódromo infantil (FIG.5) no segundo piso auxilia os professores/monitores no momento de higiene bucal das crianças, que conta também com um banco e água filtrada, ao lado do escovódromo encontra-se os banheiros das crianças (FIG.4), divididos por sexo e com sanitários em altura compatível, diferente dos encontrados no primeiro piso para a pré-escola (FIG.3).

As salas estão organizadas conforme o trabalho das professoras, crianças menores; maternal e berçários não trabalham com mesas, o ambiente é mais livre. Segundo os profissionais entrevistados, para desenvolver atividades artísticas com estas turmas são utilizados outros espaços da Unidade, como; o salão multiuso e a sala de artes. Em algumas salas, é possível observar colunas, e brinquedos organizados em estantes altas, que na verdade deveriam estar ao alcance da turma. Não basta a Unidade ter uma excelente estrutura física se as salas de atividades não forem bem organizadas pelas professoras e monitoras.

Outro ponto discutido por este grupo de funcionários foi a inexistência de uma área planejada para o preparo das mamadeiras, com higiene e livre de contaminações. A criança pode brincar no cercado com segurança, mas também precisa das interações com o meio fora do cercado, para andar e segurar em diversos itens e desenvolver-se.



FIG. 6 . Fonte: Pessoal.Espaço para higiene no berçário. Janeiro/2013.



FIG.7.Fonte: Pessoal. Cercadinho para os bebês do berçário.janeiro/2013.

O uso do cercado (FIG.7) durante grande parte do dia impede a mobilidade infantil, porém também são feitas atividades de movimento no solário e atividades plásticas na área externa do CEMEI. No berçário, o espaço para higiene (FIG.6) contempla bancada em piso para troca de fraldas, o que facilita na limpeza, a banheira construída em piso, não oferece conforto as crianças, uma vez que o recomendável é que seja em material térmico. Nos momentos de banho a criança é colocada em uma banheira em plástico dentro da construção de piso, o ideal seria a utilização de banheira em material térmico acoplado a bancada. As cortinas nas janelas auxiliam reduzir a luminosidade na hora do repouso. A sala ampla do berçário permite que, ao mesmo tempo em que algumas crianças estão sendo alimentadas, as demais possam interagir no cercado ou no solário.

A brinquedoteca deu lugar a um espaço para as refeições dos adultos. Se por um lado os funcionários ganharam um ambiente mais agradável para as refeições, diminuíram as possibilidades de recreação para as crianças. Outro aspecto apontado foi à organização da sala de vídeo, que poderia ser mais livre, e não repleta de cadeiras altas e enfileiradas, o que dificulta a livre expressão da criança.

A área para recreação e atividades livres possui árvores, (Figuras ;9,10,11, e 12) e plantas ao redor, em vários momentos há existência de sombra para as crianças brincarem. Fröebel considerava a natureza como elemento de suma importância na educação de crianças pequenas. O CEMEI conta com uma área externa de recreação agradável, no entanto ainda não foram feitos projetos para aproximar a criança da natureza, como hortas coletivas, plantio de flores, dentre outras práticas.

Fröebel *apud* Arce (2002) defende que o contanto sensorial com o mundo deve ser o ponto de partida para a educação, sendo que este deveria ser explorado desde a infância do

indivíduo. Nessa perspectiva, são de suma importância os espaços destinados à estimulação e recreação na educação infantil.



FIG.9.Fonte:Pessoal. Parque para as Crianças até três anos. Janeiro/2013.



Fig.10. Fonte:pesoal. Parque. Janeiro/2013



FIG.11. Fonte:Pessoal. Parque



FIG.12.Fonte: Pessoal. Parque.

Com o intuito de oferecer atividades artísticas, de Movimento e experiências com Música, o salão multiuso do Cemei (FIG.13) é um dos pontos positivos destacados pelos funcionários, de acordo com os quais este espaço também é utilizado para que as crianças de diferentes idades possam interagir.



FIG.13.Fonte:Pessoal. Salão Multiuso do CEMEI.janeiro/2013

A organização das instituições de educação infantil, segundo Faria (2007) devem contemplar todas as dimensões humanas; como a fantasia, o lúdico, o artístico, o afetivo, o cognitivo, dentre outras. Grande parte das IEs (instituições de Educação Infantil) no país estão organizadas de forma disciplinadora, o que dificulta a mobilidade infantil, e a interação das crianças.

Nessa perspectiva, os projetos de arquitetura devem ouvir os anseios dos profissionais, pais, funcionários, e principalmente da criança, fazendo do processo participativo uma verdadeira aliança entre a educação e arquitetura, onde o principal objetivo não seja o político, mas a busca pela tão almejada qualidade na Educação infantil no país, ou seja, uma boa infraestrutura e uma pedagogia que atenda os interesses da criança, e não somente políticos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação infantil tem por objetivo o desenvolvimento integral da criança menor de seis anos de idade. Dessa forma, o acesso a uma boa creche e/ou pré-escola trazem inúmeros benefícios a sua vida futura, bem como novas vivências e possibilidades na infância. A infância não pode ser vista apenas como algo biológico, mas sim um processo histórico e cultural, em que a criança vai se modificando e produzindo cultura. Nesta perspectiva faz-se necessário repensar como a educação infantil e seus profissionais no país têm sido vistos pela sociedade e governo, muitas vezes como apenas um espaço para cuidar da criança e brincar, de modo que qualquer lugar pode se tornar uma unidade de educação infantil. Não basta apenas cobrar iniciativas das políticas públicas se a própria comunidade onde a Unidade está inserida não mudar a mentalidade e entender a importância da Educação infantil para a formação da criança.

Somente quando toda a sociedade e governos compreenderem a importância da Educação infantil é que poderão serem discutidas as melhorias, dentre elas o espaço, como cenário principal do aprender e do ensinar. Desta forma acredita-se que o espaço possa ser planejado e/ou reestruturado da melhor forma possível com a aliança dos profissionais de arquitetura e educação, onde este processo pode ser participativo, envolvendo as reais necessidades de pais, crianças e professores. Sendo assim, o ambiente destinado à criança de zero a cinco anos deve respeitar o desenvolvimento infantil, tendo como centro a criança.

O ambiente não deve ser entregue pronto aos olhos da criança, e sim construído a partir das inúmeras experiências que cada uma carrega, tornando um ambiente mais humano,

e mais agradável. Porém, existem creches, nas quais a criança não possui espaço externo para brincar e interagir com os elementos da natureza, e ainda com salas de atividades inferiores à demanda de crianças, dificultando assim o desenvolvimento de um trabalho pedagógico de qualidade.

Com isso, para a qualidade almejada é necessário uma melhor reestruturação física das instituições públicas de educação infantil no país, bem como um maior investimento na modalidade. Não basta dar as melhores ferramentas se as pessoas não sabem como utilizá-las. Nessa perspectiva, o projeto de arquitetura e o projeto pedagógico da instituição devem sempre caminhar juntos, oferecendo também formação para os profissionais da educação. Os projetos de arquitetura para atendimento desse público precisam estar de fato comprometidos com as reais necessidades dos professores, pais, comunidade e principalmente da criança. Assim sendo, devem ser definidos em conjunto com toda a comunidade.

REFERÊNCIAS

ARCE, Alessandra. **Friedrich Froebel: O Pedagogo dos jardins de Infância**. Petrópolis-Rj; Vozes, 2002.

AZEVEDO, Giselle Arteiro Nielson. **Escolas de ontem, educação hoje: é possível atualizar usos em projetos padronizados?** Anais do III Seminário PROJETER. Porto Alegre, 2007.

_____. **As Escolas Públicas do Rio de Janeiro: Considerações sobre o Conforto Térmico das Edificações**. Rio de Janeiro, 1995. FAU/ UFRJ, Dissertação de Mestrado em Arquitetura.

BUFFA, Ester. **Pesquisas Sobre Arquitetura E Educação: Aspectos Teórico- Metodológicos**. Caderno de Pesquisa: Pensamento Educacional. Vol 5. Universidade Tuiuti do Paraná. Disponível http://www.utp.br/cadernos_de_pesquisa/sumario5.html Acesso em 22 de out de 2013.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB:lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. – 5ª.Ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010.

BRASIL.. **[Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil** : texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994. – 35.ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

BRASIL .Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação. **Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**.Brasília; MEC,1998,volume 1.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação. **Subsídios para Credenciamento e funcionamento de instituições de Educação Infantil**. Brasília: MEC/sef,1998.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros Básicos de infra-estrutura para instituições de Educação Infantil**. Brasília: MEC, SEB ,2008.

BUITONI, Cássia Schroeder. Mayumi Watanabe Souza Lima: **A construção do espaço para a educação**. São Paulo, 2009.Dissertação de Mestrado, FAUUSP.

FARIA, Ana Lúcia Goulart. Marina Silveira Palhares. 6ªed. **Educação Infantil Pós- LDB: Rumos e Desafios**. Coleção Polêmicas do Nosso Tempo. Campinas-SP.Autores Associados, 2007.

GOMES, Ana Valeska Amaral. **Educação Infantil: porque mais creches?**Camara dos Deputados. Biblioteca Digital. Brasília, junho de 2011.

FRAGO, Viñao Antonio. Agustín Escolano. **Currículo, Espaço e Subjetividade; a arquitetura como programa** [tradução Alfredo Veiga Neto]2ªed. Rio de Janeiro:DP&A.2001.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Os jardins de infância e as escolas maternais de São Paulo no início da República**. Caderno de pesquisa, São Paulo (64) : 57 -60, fev.1998.

KRAMER, Sonia. **As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: Educação Infantil e é fundamental**. Educação e Sociedade, Campinas,vol.27,n.96- Especial, p.787-818,out.2006. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

OLIVEIRA, Lívia de. **A construção do espaço, segundo Jean Piaget**. Sociedade e Natureza, Uberlândia, 17 (33):105-117,dez.2005.